



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1009875-40.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Compra e Venda**
 Requerente: **Elaine M. Valle Laterza**
 Requerido: **Larissa Carla da Cruz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ELAINE M. VALLE LATERZA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Larissa Carla da Cruz, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 4.988,27, representado pela Nota Fiscal nº 2740, emitida em razão da venda, no ano de 2014, de revestimentos cerâmicos à ré, de modo que requereu a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida R\$ 5.325,16.

A ré opôs embargos ao mandado de pagamento, alegando que através da Nota Fiscal nº 2700 do dia 04 de fevereiro de 2014, emitida em nome de *Adriano Araujo Ferreira*, amigo do embargante, adquiriu 3(três) itens de revestimento cerâmico, no valor de R\$ 2.692,60, mercadoria que foi trocada por outra conforme anotação no próprio orçamento de venda que ora junta, à visto do que não poderia a nota fiscal nº 2740, descrita na inicial, constar o valor das duas negociações, na medida em que não considera a devolução contábil de R\$ 2.764,74 representado pelo material trocado, de modo que o valor real da dívida deve ser tomado pelo valor da nota fiscal descrita na inicial, de R\$ 4.988,27, menos o valor da troca da mercadoria de R\$ 2.764,74, resultando em R\$ 2.223,53, que seria justamente o valor representado pela soma dos seis (06) boletos enviados para o e-mail dela, embargante, representando parcelas de R\$ 370,59, de modo que requereu seja declarado o valor devido em R\$ 2.223,53, condenando-se a embargada na sucumbência.

A autora/embargada respondeu sustentando que a ré/embargante estaria a confessar a dívida no valor de R\$ 2.223,53, que seria exatamente aquele reclamado na petição que emendou a inicial, protocolada antes da apresentação dos embargos, de modo que postulou a procedência da ação monitória para que se reconheça como devido o valor de R\$ 2.223,53.

É o relatório.

DECIDO.

Os documentos acostados aos embargos amparam a tese da ré/embargante, no sentido de que o valor da Nota Fiscal nº 2700, emitida pela autora/embargada no do dia 04 de fevereiro de 2014 no valor de R\$ 2.764,74, deveriam ter sido abatidos do valor da compra/troca realizada no dia 14 de fevereiro de 2014 conforme Nota Fiscal nº 2740, até porque consta do rodapé deste último documento, acostado à inicial, a observação de "*devolução da nota fiscal nº 2700*" (sic., fls. 06).

De resto, a própria autora/embargada já havia, às fls. 47/48, informado nos autos a ocorrência de "*um lapso, ao ingressar com a presente ação*", quando "*não efetuou o abatimento de crédito existente da Ré perante a loja, em função de devolução de materiais vinculados a outra*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

nota fiscal", de modo que, *"realizada a compensação, o crédito da Autora é de R\$ 2.223,53"* (sic.).

Mas a questão não tem solução tão singela quanto a pretendida pela autora/embargada, porquanto em 16 de junho de 2015 já havia sido realizada a citação da ré/embargante, com mandado juntado aos autos em 22 de junho de 2015, enquanto a petição de emenda à inicial só veio a ser protocolada pela autora/embargada um (01) dia depois, em 23 de junho de 2015.

Logo, é de rigor tomar-se por tardia a emenda e, procedentes os embargos, cumprirá à autora/embargada arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor a ser deduzido da dívida, R\$ 2.764,74, atualizado, fixação que se faz no máximo em atenção ao pequeno valor da base de cálculo.

Fica, sem prejuízo, constituído de pleno direito o título executivo judicial pelo valor de R\$ 2.223,53, ao qual deverá ser acrescida correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da emissão da nota fiscal nº 2704, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Isto posto JULGO PROCEDENTES os embargos opostos por Larissa Carla da Cruz contra ELAINE M. VALLE LATERZA, para fixar o valor da dívida em R\$ 2.223,53 (*dois mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos*), pelo qual fica constituído o título executivo judicial, valor esse que deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da emissão da nota fiscal nº 2704, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a autora/embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor a ser deduzido da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se a devedora, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal ou então pessoalmente, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 21 de julho de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA